



A ascensão da língua portuguesa em São Tomé e Príncipe

The rise of Portuguese in São Tomé and Príncipe

*Amanda Macedo BALDUINO**

*Manuele BANDEIRA***

RESUMO: Este artigo discute a ascensão do português em São Tomé e Príncipe. Com base em processos históricos de interação social nos períodos colonial e pós-colonial, observou-se a difusão da língua portuguesa em detrimento das línguas locais, ainda que o *input* em português fosse, inicialmente, limitado. Em decorrência de pressões assimilatórias, reforçadas ao longo dos séculos XIX e XX, a população não portuguesa favoreceu o uso e a transmissão intergeracional do português, comportamento validado pelas elites locais. Após 1975, o português foi, então, consolidado, como a língua transmitida pelas gerações mais velhas, tornando-se a língua materna da maior parte da população de São Tomé e Príncipe, possibilitando, assim, a emergência de variedades singulares do português, as quais são marcadas pelo contato com as demais línguas locais.

PALAVRAS-CHAVE: Português.
Línguas locais. São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT: This study addresses the rise of Portuguese in São Tomé and Príncipe. Based on historical processes of social interaction in the colonial and post-colonial periods, there was a diffusion of Portuguese to the detriment of local languages even though the input in Portuguese was initially limited. As a result of assimilatory pressures, reinforced throughout the 19th and 20th centuries, the non-Portuguese population favored the use and intergenerational transmission of Portuguese, a behavior which local elites validated. Portuguese consolidated after 1975 as the language transmitted by older generations. It has become the mother tongue of the majority of the population of São Tomé and Príncipe, thus enabling the emergence of singular varieties of Portuguese marked by contacts with other local languages. article.

KEYWORDS: Portuguese. Local languages. São Tomé and Príncipe.

* Doutoranda em Filologia e Língua Portuguesa, USP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1062-973X>. amanda.m_b@hotmail.com

** Doutora em Filologia e Língua Portuguesa/USP, professora adjunta da UNILAB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3163-0377>. manuelebandeira@unilab.edu.br

1 Introdução

Este artigo discute o percurso histórico que levou o português a ser adquirido como língua materna (LM) pela população de São Tomé e Príncipe (STP). A ascensão do português na sociedade santomense é marcada, dentre outros fatores, pelas atividades e relações socioeconômicas que articularam a interação linguística dos diferentes grupos étnicos do arquipélago, possibilitando o estabelecimento do português como LM e demarcando a emergência de variedades locais do Português Santomense (PST), variedade vernacular de língua portuguesa empregada como língua materna da população urbana de São Tomé e Príncipe (INE, 2012).

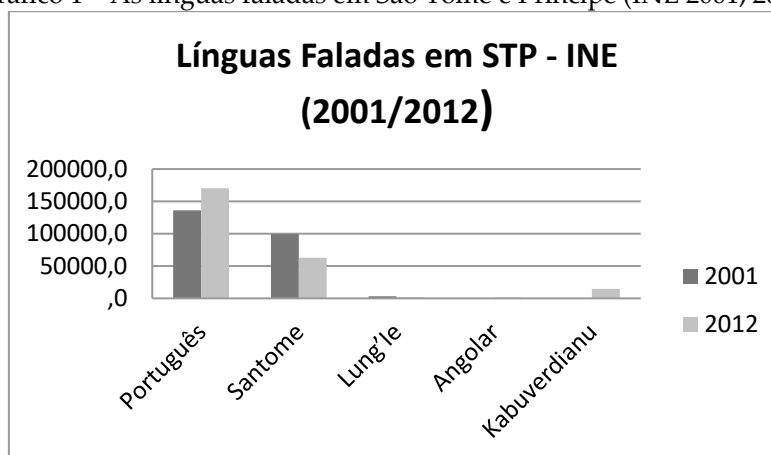
Ante distintos períodos históricos de colonização e recolonização portuguesas, STP se tornou um cenário multilíngue em que quatro línguas crioulas¹, - o santome, o lung'le, o angolar, que emergiram em STP no primeiro período colonial, e o kabuverdianu, uma língua transplantada ao arquipélago no século XX -, se tornaram as principais LM da sua população, e o português, de maneira geral, não gozava do mesmo estatuto. Por causa da sua grande diversidade linguística, o arquipélago recebeu a alcunha de “ilhas de Babel” (HAGEMEIJER, 1999). Contudo, a partir do período pós-colonial, STP tem perdido paulatinamente seus traços babélicos, sendo hoje o país africano com o maior número de falantes de português como língua materna e majoritária (98,4%) (cf. INE, 2012).

¹ O termo “línguas crioulas”, na linguística, é utilizado para referir novas línguas emergidas em um ambiente multilíngue, onde uma língua politicamente dominante convivia com diversas outras línguas desprestigiadas socialmente. Em relação à sua emergência, observamos a atuação de diferentes fatores, sejam estes de natureza social, estrutural ou cognitiva (FARACLAS, 2012). Assim, a exemplo de Bandeira (2017), evitaremos, neste estudo, uma postura reducionista que pressupõe a língua crioula como reflexo do superestrato ou do substrato e, por vezes, que retira dos povos cativos marginalizados o papel de protagonistas da língua, transferindo integralmente a função para um aparato cognitivo. Neste artigo, assumimos que os falantes de crioulos desenvolveram seus sistemas de forma a tornar a língua plena (e não ‘simples’), como qualquer língua natural, e distinta dos demais sistemas linguísticos que compunham o cenário linguístico multilíngue inicial (BANDEIRA, 2017).

Na conjuntura africana, ao compararmos STP com outros dois países, também ex-colônias portuguesas, em que houve a emergência de línguas de contato como Cabo-Verde e Guiné-Bissau, é notório que STP é o país em que a língua portuguesa possuiu e ainda apresenta maiores efeitos glotocidas, marginalizando e apagando as línguas crioulas resultantes do contato linguístico entre diferentes povos. A esse respeito, enquanto o guineense ou kryol é a língua com mais falantes na Guiné-Bissau (SANTOS, 2015) – ainda que seja a segunda ou terceira língua adquirida – e o kabuverdianu é a língua materna e majoritária da população de Cabo-Verde (PRATAS, 2002), em STP, as línguas autóctones se dirigem a um horizonte de desuso (santome (36,2%), lung'le (1,0%) e angolar (6,6%)) (INE, 2012).

No gráfico 1, especificamos as línguas faladas no arquipélago comparando os dados dos censos de 2001 e 2012 em relação ao número de falantes que se autodeclararam falantes de uma determinada língua.² Como pode ser observado, paralela à ascensão do português, notamos não somente o baixo número de falantes que se autodeclararam falantes das demais línguas de STP, como também o decréscimo das línguas crioulas autóctones, visível, especialmente, pelos dados do santome.

Gráfico 1 – As línguas faladas em São Tomé e Príncipe (INE 2001; 2012).



Fonte: adaptado de INE (2001; 2012).

² No censo de 2001, o angolar e o kabuverdianu não foram contabilizados.

Diante do cotejo com as mencionadas ex-colônias portuguesas crioulofônicas, quais seriam, portanto, os fatores que explicam o amplo emprego da língua portuguesa em STP em detrimento das demais línguas faladas no arquipélago? Quais aspectos políticos, históricos e linguísticos impossibilitaram que o país fosse, portanto, um cenário de vitalidade para suas línguas locais? Neste artigo, buscamos abordar tais questões, compilando e discutindo a bibliografia especializada, bem como discorrendo sobre aspectos socioculturais observados durante diferentes trabalhos de campo realizados em STP.

Entre os anos de 2015 e 2019, foram realizados diferentes trabalhos de campo nas ilhas de São Tomé e do Príncipe. Embora o objetivo central desse período tenha sido coletar dados linguísticos no ambiente natural no qual as línguas crioulas e as variedades de português santomenses são faladas, este não esteve limitado a esse fato. Como indica Bovern (2008), o trabalho de campo, voltado à descrição linguística, não é puramente dedicado aos dados, mas envolve a construção de relações entre o pesquisador e a comunidade de fala investigada, de modo a que aquele tenha acesso aos fatores socioculturais que interferem, diretamente, no emprego linguístico. Para Bovern (2008), é impossível completar um trabalho de campo sem observar as práticas culturais locais e as interações humanas estabelecidas na comunidade de fala investigada, visto que “learning about the culture of the speakers whose language you are studying is vital, not only as a key to the language but also as a key to better fieldwork³” (idem, p. 4).

Este artigo, ao discutir a ascensão do português em São Tomé e Príncipe, parte não somente da compilação da bibliografia especializada, mas, ainda, discute as observações feitas durante a convivência com os diferentes grupos santomenses,

³ “aprender sobre a cultura dos falantes cuja língua você está estudando é vital, não apenas como uma chave para a língua, mas também como uma chave para um trabalho de campo melhor” [tradução nossa].

especificamente com forros, angolares e principenses. A expansão do emprego do português, no arquipélago, está intrincada no tecido social santomense, abrangendo o relacionamento entre os diferentes grupos étnicos do país e, conseqüentemente, as relações de poder ali estabelecidas assim como as atitudes linguísticas dos falantes perante as línguas empregadas no arquipélago. Desse modo, o trabalho de campo foi essencial para a compreensão das interações locais que culminaram com o avanço do português em STP, bem como para reunião e análise crítica da bibliografia especializada.

Isso posto, na seção 2, discutimos o estatuto da língua portuguesa em STP, focando, na seção 2.1, alguns fatos históricos do primeiro (séculos XV e XVI) e do segundo período (séculos XIX e XX) de colonização portuguesa em STP, que propiciaram a emergência de novas línguas, mas, ainda, justificaram o estabelecimento do português como língua-alvo, ainda que o *input* de tal língua fosse reduzido. Na seção 2.2, por sua vez, são abordados os processos históricos de interação social no período pós-colonial os quais promoveram a difusão da língua portuguesa como LM da população santomense em vez das línguas autóctones. Na seção 3, por fim, são apresentadas as considerações finais.

2 A língua portuguesa em São Tomé e Príncipe

República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um país africano do Golfo da Guiné formado por duas ilhas: São Tomé e Príncipe. Embora o arquipélago seja reconhecido pela coexistência e pelo contato de diferentes línguas, o português é a língua mais empregada pela população, demarcando o arquipélago como único país africano que a possui como LM e majoritária (GONÇALVES, 2010; GONÇALVES; HAGEMMEIJER, 2018; BOUCHARD, 2017; BAXTER, 2018; ARAUJO, 2020; SANTIAGO; AGOSTINHO, 2020).

STP está inserido em um contexto social e ecolinguístico complexo, o qual configura a língua oficial, porém línguas minoritárias são também empregadas por seus habitantes. Além do português, outras línguas também circulam pelas ilhas, como é o caso das línguas crioulas de base portuguesa autóctones, como o santome, o lung'Ie e o angolar, e o kabuverdianu, uma língua transplantada à ilha no século XX (FERRAZ, 1979; MAURER, 2009; HAGEMEIJER, 2009; 2011; ARAUJO; HAGEMEIJER, 2013; AGOSTINHO, 2015; AGOSTINHO *et al.*, 2016; BANDEIRA, 2017).

A coexistência do português com essas línguas é amparada por fatores históricos e sociais que não somente explanam o estabelecimento e/ou a emergência de tais línguas no arquipélago, como também esclarecem o atual estatuto que cada uma ocupa na sociedade santomense. Assim, esta seção é destinada à discussão dos diferentes fatores que respaldam a coexistência do santome, do lung'Ie, do angolar e do kabuverdianu em STP e, principalmente, ao debate do estado sociolinguístico atual de tais línguas no arquipélago em comparação ao português, língua majoritária do Estado.

2.1 Séculos XV a XX: o português, as línguas crioulas autóctones e o kabuverdianu

A ilha de São Tomé recebeu os portugueses, pela primeira vez, por volta da metade do século XV. Não há consenso sobre uma data, porém julga-se que esta pode ser marcada como dia 21 de dezembro de 1471, dia de São Tomé. Pouco tempo depois, no dia 17 de janeiro de 1472, os portugueses chegaram à ilha do Príncipe, anteriormente conhecida por Ilha de Santo Antão (cf. FERRAZ, 1979). Conforme Hagemeyer (2009), podemos admitir a existência de dois momentos distintos na ocupação de São Tomé, sendo que o primeiro, denominado *fase de habitação*, abarca a ocupação em 1493 e se estende até a introdução do cultivo de cana de açúcar, e o segundo corresponde à *fase de plantação*, iniciada em 1515 e prolongada até o século

XVI (HAGEMEIJER, 2009, p. 02; BANDEIRA, 2017). Ambas as fases dizem respeito a um primeiro período de colonização, caracterizado, justamente, por essa tentativa de povoamento, pela prosperidade econômica ascendente resultante da implementação da indústria açucareira e pelo posterior declínio econômico do arquipélago (SEIBERT, 2015).

No início do período de ocupação, as ilhas eram desabitadas, tornando a colonização mais simples. A primeira tentativa de povoamento ocorreu entre os anos de 1485 e 1492, quando o arquipélago foi doado a João de Paiva por D. João II, e o sistema de capitanias foi iniciado. Todavia, os resultados dessa incursão inicial não foram muito vantajosos à Coroa, posto que a ilha funcionava, sobretudo, como entreposto de escravizados para comercialização, e poucos portugueses sentiam-se motivados a ocupá-la por conta da insalubridade ali encontrada (GALVÃO; SELVAGEM, 1950), fato que limitava a presença da língua portuguesa no arquipélago. A partir de 1493, com a doação das terras para o capitão Álvaro de Caminha, um contingente maior de portugueses, embora ainda escasso para fixar um povoamento em grande escala, chegou a São Tomé. No geral, esse grupo era formado por comerciantes a serviço da metrópole, por pessoas em busca de melhores condições financeiras e, também, por degredados (FERRAZ, 1979). Os últimos eram geralmente levados à nova colônia para cumprir pena por crimes cometidos em Portugal, a qual incluía punições por motivos religiosos, tais como a acusação de heresias ou mesmo a contradição entre hábitos cotidianos e hábitos estabelecidos (GOMES, 2019).

A chegada do grupo falante do português resultou na entrada de alguns escravizados no arquipélago, falantes de múltiplas línguas africanas. De acordo com Hagemeijer (1999), tais escravizados podiam ter estado permanentemente na ilha, sendo destinados, principalmente, a trabalhos domésticos dos colonizadores e, por isso, denominados como escravizados de casa, ou podiam ter uma estadia rápida na ilha, sendo comercializados ou utilizados como moeda de troca e constituindo o grupo

de escravizados de resgate (cf. HAGEMEIJER, 1999; BANDEIRA, 2017). Essas diferentes categorias de escravizados provinham, principalmente, do Delta do Níger e do Reino do Congo, região com um complexo cenário linguístico, onde diversas comunidades linguísticas podiam ser encontradas, como é o caso dos grupos Kwa, Edo, Itsekiri e Ijo (cf. LADHAMS, 2007; HAGEMEIJER, 2009; BANDEIRA, 2017). Em geral, o período de convivência entre diferentes povos elucida o contato interlinguístico na região, destacando um dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma língua emergencial que suprisse as necessidades comunicativas diante de uma conjuntura multilíngue como aquela estabelecida na fase de habitação em STP. Nesse período, passa a haver, no arquipélago, então, a presença de diversas línguas africanas, possivelmente ininteligíveis entre os diferentes grupos étnicos escravizados, e a presença do português, figurando como língua do colonizador, e constituindo um provável alvo linguístico, na medida em que corresponde à língua do grupo social dominante.⁴

A coabitação entre colonos e colonizados, em STP, tornou-se ainda mais intrincada em 1515, quando o Rei Manuel promulgou que, a cada condenado exilado da ilha, deveria ser dada uma mulher escravizada, concedendo, ulteriormente, liberdade aos filhos gerados dessa união. Os escravizados livres detinham um estatuto elevado na sociedade santomense, complexificando as relações econômicas, sociais e linguísticas dentro do arquipélago. A formação de um novo estrato social, constituído por essa comunidade de alforriados, para Hagemeyer (2009), foi essencial na consolidação e na origem de uma língua crioula no arquipélago, posto que o contato entre o português e as demais línguas africanas deu origem a um novo código na ilha de São Tomé. Esse novo meio de comunicação se nativizou depois entre os descendentes da primeira

⁴ Somando-se aos escravos e portugueses ali estabelecidos, a ilha recebeu ainda, cerca de 2.000 crianças judias mandadas da Espanha, com o objetivo de serem “educadas” de acordo com a lei cristã adotada pela metrópole (GALVÃO; SELVAGEM, 1951).

geração de escravizados, em sua maioria livres pelo decreto de D. Manuel, e se espalhou por todo o país. Bandeira (2017, p. 118) endossa esse pressuposto indicando a existência do protocrioulo do Golfo da Guiné (PGG), protolíngua surgida em STP na primeira fase da colonização, período no qual as condições sócio-históricas, geográficas e demográficas foram muito favoráveis a uma criouliização rápida⁵.

A partir de 1515, STP passou a viver um momento de crescimento e prosperidade. A produção de cana-de-açúcar constituía a maior renda local e exigia que mais mão de obra escravizada fosse enviada às ilhas, iniciando, desse modo, a fase de plantação. Nesse período, a mão de obra escravizada passou a ser resgatada do Congo e de Angola, o que configurou um deslocamento de grupo linguístico da zona Kwa e Edo para a zona Bantu (cf. HAGEMEIJER, 2009). Distintamente da fase de habitação, momento no qual há um intenso contato entre europeus e africanos, na fase de plantação, esse contato direto é reduzido (BANDEIRA, 2017, p. 118), limitando, ainda mais, o *input* em língua portuguesa dos colonos que chegavam e estavam no arquipélago. Para dar conta das demandas impostas pelo cenário econômico do período, aumentou não só o contingente de escravizados, mas também a exploração de tal mão de obra, que se tornou mais árdua. Em decorrência da alteração demográfica no número de escravizados resgatados, o PGG tinha, de forma cada vez mais limitada, o português como paradigma linguístico (BANDEIRA, 2017).

A ramificação do PGG, de acordo com Bandeira (2017), tem início já na fase de habitação, em que houve a continuidade na fase de plantação como consequência das

⁵ Bandeira (2017) propõe uma reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo como base itens de suas línguas-filhas contemporâneas: santome, lung'Ie, fa d'ambô e angolar. Seguindo os princípios do método histórico-comparativo da Linguística Histórica, a autora elaborou um corpus composto por um conjunto de itens pertencentes ao léxico comum das línguas-filhas nomeadas. Assim, o estudo de Bandeira (2017) é baseado na análise comparativa das fonologias das línguas-filhas e na análise comparativa de 536 conjuntos de cognatos. Diante disso, a reconstrução fonológica e lexical empreendida por Bandeira (2017) evidenciou o parentesco genético das quatro línguas, resultado de um protossistema comum.

divisões de alguns grupos de falantes. A partir disso, há a consolidação de quatro grupos de falantes do PGG, acompanhada por um distanciamento geográfico e a consequente ramificação desse primeiro crioulo em quatro línguas distintas. Os grupos levados à ilha de Ano Bom e à ilha de Príncipe, para fins coloniais, desenvolveram duas novas línguas-filhas do PGG: o *fa d'ambô*, falado na ilha de Ano Bom, e o *lung'le*, língua empregada na ilha do Príncipe. Os escravizados foragidos, ao formarem resistências quilombolas, distanciaram-se da capital e construíram uma comunidade própria, a comunidade dos Angolares, contexto no qual emerge a língua angolares. O *santome* ou *forro*, falado na capital, corresponde à língua-filha do PGG que permaneceu no mesmo local de emergência da protolíngua (BANDEIRA, 2017). Para Bouchard (2017), o distanciamento geográfico de diferentes grupos, além de impulsionar a ramificação do PGG, explana as relações étnicas atuais em STP, as quais são muito complexas e têm reflexo em diferentes variedades sincrônicas do português falado no país.

Conforme autores como Ferraz (1979) e Bandeira (2017), um fator que contribuiu para o desenvolvimento e para a ampliação do emprego das línguas-filhas em STP foi a saída massiva de portugueses do arquipélago em decorrência do declínio da economia local entre os séculos XVII e XVIII. Embora em meados de 1500 as ilhas tenham vivenciado um período de prosperidade econômica, já no fim do século XVI, a produção açucareira foi prejudicada pela umidade local, que interferia na qualidade do produto final, tornando-o incapaz de concorrer com o mesmo produto produzido no Brasil e na Ilha da Madeira (SEIBERT, 2006; CALDEIRA, 2007). Além disso, nesse período, STP foi assolado por ataques de outros países europeus⁶ e revoltas escravistas, fatos que tomaram grandes proporções e que, em conjunto com a crise

⁶ Esse é o caso da França, que atacou a cidade de São Tomé em 1567; da Holanda, que ocupou a ilha do Príncipe em 1598 e a ilha de São Tomé no ano seguinte e também entre os anos de 1641 e 1648, e, por fim, do Reino Unido, que atacou a ilha em 1719 (cf. FERRAZ, 1979).

açucareira e a disseminação de malária na ilha, responsável pela morte de muitos colonos, tornaram o país instável, inseguro e insalubre. Em consequência disso, um número significativo de portugueses abandonou as plantações e a ilha parou de atrair contingente português (cf. CALDEIRA, 2008; SEIBERT, 2015). Assim, o número de falantes de português, que já era baixo (cf. SEIBERT, 2012; ARAUJO, 2020), foi drasticamente reduzido, diminuindo o acesso à língua da metrópole e possibilitando o amplo emprego das línguas crioulas autóctones entre os colonos.

Essa temporada de vulnerabilidade política e econômica da ilha se estendeu até por volta de 1852, ano em que o segundo período de colonização portuguesa em STP é iniciado com a reimplantação do sistema *plantation*, pautado na cultura do café e do cacau (cf. SEIBERT, 2015). Distintamente do período anterior, essa segunda tentativa de colonização é sustentada pelo regime de contrato, caracterizando-se pelo maior influxo de colonos portugueses e pela introdução de uma nova categoria social, a dos contratados. Esses fatos configuraram uma mudança demográfica significativa no arquipélago (SEIBERT, 2006, 2008), alterando, por consequência, o cenário de interação social, bem como as próprias interações linguísticas entre os grupos aloglotas presentes no país.

Assim como na cultura de cana-de-açúcar, as plantações de café e de cacau demandavam o emprego de mão de obra massiva: a princípio composta de escravizados clandestinamente importados da região do Gabão e de Angola e, posteriormente, com a abolição da escravatura aprovada em 1875, formada por trabalhadores contratados, também referidos como serviçais pela literatura (cf. SEIBERT, 2006, 2008; NASCIMENTO, 2008; 2010). Os serviçais ou contratados constituíam uma nova categoria social proveniente de outras colônias portuguesas como Angola, Cabo Verde e Moçambique (SEIBERT, 2015).

Essa recém-introduzida categoria de trabalhadores chegava a STP mediante um contrato de cinco anos, renováveis, que lhes conferia o direito a um salário, cuja metade

era depositada num fundo de repatriamento e apenas desembolsada quando - e se - regressassem à sua terra (SEIBERT, 2006). Tal mecanismo de contrato foi muito rentável a Portugal, dado que os trabalhadores contratados, ao chegarem às roças, sobreviviam em condições precárias de vida e de trabalho, marcadas, principalmente, por frequentes castigos corporais e horas ininterruptas de trabalho, circunstâncias não muito distantes da escravatura (cf. SEIBERT, 2015; ARAUJO, 2020).

De acordo com Nascimento (2008), do início do século XX até 1940, os contratados ultrapassaram em número a população nativa de STP, o que intensificou, ainda mais, o contato linguístico no arquipélago. Em 1900, do contingente populacional, 21.136 eram contratados e 19.150 habitantes correspondiam à população nativa. Ao longo das duas décadas seguintes, o número já elevado de contratados aumentou ainda mais e, em 1921, estima-se que 44.501 da população de STP eram contratados ao passo que somente 20.190 eram autóctones (cf. NASCIMENTO, 2008; 2010). Em relação à população branca, também é possível observarmos um maior influxo de colonos, na medida em que, entre os anos de 1885 e 1900, o número de portugueses no arquipélago foi de 150 a 1.185 (SEIBERT, 2015, p. 112). Notamos, no entanto, que, embora entre 1885 e 1900 o contingente português tenha aumentado, pelo menos, sete vezes, em 1900, a população branca configurava apenas 2,8% da demografia total de STP. Logo, a despeito de seu crescimento, o contingente português não equivale a uma parcela expressiva na colônia e, por consequência, não há, nesse período, uma população europeia demograficamente relevante para difundir o português e/ou servir como modelo de norma (cf. ARAUJO, 2020).

O elevado número de contratados em relação à população europeia e nativa relaciona-se à demanda de mão de obra nas roças produtoras de café e de cacau, assim como remonta, outrossim, à doença do sono que quase dizimou a população principense. Transmitida pela *glossina palpalis*, localmente conhecida como mosca do Gabão, a doença foi responsável pela morte de alguns contratados provenientes de

Angola e mesmo de milhares de pessoas autóctones à ilha do Príncipe, culminando com a dizimação de muitos falantes do lung'le (cf. NASCIMENTO, 2010). Diante do elevado número de óbitos e tendo em vista o futuro das roças, as quais necessitavam de trabalhadores capazes de manter as plantações de cacau e de café, o Estado português recrutou um número massivo de contratados de Cabo Verde. Ao contrário da população angolana e moçambicana que entrava sozinha no arquipélago, a população caboverdiana chegava a STP juntamente com suas famílias, já que as condições ecológicas e climáticas de Cabo Verde impulsionavam o êxodo de caboverdianos que, saindo de sua terra, procuravam melhores condições de vida (cf. NASCIMENTO, 2010; SEIBERT, 2015; AKESSON, 2016).

De acordo com Nascimento (2010), a presença de caboverdianos em STP, especialmente no Príncipe, é significativa, dado que a fixação de tal grupo na ilha fez deles um importante segmento em uma sociedade cuja população estava quase dizimada. De fato, desde 1947, Portugal concedeu aos caboverdianos no arquipélago do Golfo da Guiné cidadania plena, reconhecendo-os como indivíduos santomenses. Linguisticamente, o eminente influxo de caboverdianos em STP intensificou o cenário multilíngue do arquipélago, pois esse grupo manteve o emprego do kabuverdianu, língua crioula de base portuguesa autóctone a Cabo Verde. Assim sendo, o kabuverdianu, distintamente do santome, do lung'le e do angolar, não descende do PGG, mas configura uma língua transplantada ao arquipélago no século XX, ainda hoje empregada e transmitida como língua materna dos descendentes caboverdianos. Em relação à difusão do português, a alta representatividade dos contratados teve pouco impacto, posto que, mesmo circulando nos territórios lusitanizados de onde provinham os contratados, como Cabo Verde e Angola, a língua portuguesa ainda estava longe de ser a língua de tais grupos. Logo, o português não foi promovido por esse novo contingente que, semelhante à população autóctone de STP, possuía acesso escasso à língua portuguesa (cf. ARAUJO, 2020).

Em relação à estratificação social, trabalhos, tais como o de Nascimento (2010), Seibert (2015) e Bouchard (2017), apontam a presença de uma estrutura altamente hierarquizada e segregacionista no segundo período colonial, sendo esse perfil discriminatório intensificado com a implementação do Estado Novo em 1933 (cf. NASCIMENTO, 2010; SEIBERT, 2015). Conforme Nascimento (2010), Seibert (2015) e Bouchard (2017), os portugueses, apesar de corresponderem à minoria populacional, mantiveram o poder político e econômico de STP, detendo inúmeros privilégios em relação aos demais habitantes do arquipélago. Conforme Eyzaguirre (1986), no fim do século XIX, os proprietários portugueses sozinhos, embora não ultrapassassem 3% da população, possuíam 90% das terras (cf. SEIBERT, 2015), dominando a economia do país a partir de uma política racista amparada por diferentes tipos de abusos.

A população nativa foi expropriada e marginalizada pela população portuguesa, sendo coibida de possuir qualquer participação política no arquipélago. Ademais, ainda dentre a população local, havia questões discriminatórias e de estratificação social latentes a esse período, porém ainda hoje observadas no arquipélago. Em geral, os forros, assim denominados por descenderem da primeira geração de alforriados do século XVI, detinham alguns privilégios não concedidos à população escravizada, na medida em que, durante a primeira colonização, possuíam acesso a cargos públicos de administração local e ao clero, e eram alfabetizados em língua portuguesa (cf. NASCIMENTO, 2010; BOUCHARD, 2017), fator relevante para a difusão do português no período pós-colonial. Tais privilégios, apesar de retirados durante a segunda colonização, conferiram aos forros um *status* mais elevado dentro da sociedade santomense nesse período (cf. SEIBERT, 2015).

Os angolares, por seu turno, além de terem seu espaço geográfico confinado ao interior da ilha de São Tomé, eram e ainda são frequentemente considerados, por forros e principenses, como um povo violento e de costumes bárbaros (cf. BOUCHARD, 2017). Já os principenses, isolados à ilha do Príncipe, são descritos como

amigáveis, contudo, *moncós* (cf. BOUCHARD, 2017), termo pejorativo para designar uma pessoa mais retraída e inocente. Os forros acreditam, ainda, que os principenses, embora amigáveis, possam ser perigosos devido a suas pressupostas práticas de magia e de feitiços mortais. Os principenses costumam, por sua vez, descrever forros como arrogantes, egoístas e de “moral questionável”, podendo ser perigosos por cometerem delitos e crimes. Ademais, os principenses, frequentemente, se autodenominam e são denominados por forros como o grupo que fala o “português correto”, isto é, uma variedade que, no imaginário da população local, mais assemelha-se às variedades de língua portuguesa faladas em Portugal, referidas a partir de então como português europeu (PE). Durante o trabalho de campo em STP, observaram-se, frequentemente, pessoas de ambas as ilhas que denominavam umas às outras como “angolar” para fazer referência a comportamentos que eram socialmente condenáveis. Os santomenses, por exemplo, associam o fato de os angolares terem sido escravizados no passado ao pouco valor social de tal grupo. Contrapondo-se aos angolares, os santomenses ressaltam, com orgulho, a crença de não terem sido escravizados, embora, historicamente, isso não possa ser sustentado.

Os contratados, por fim, além de serem submetidos a um rígido controle por parte dos colonos, tinham que lidar com a discriminação da população autóctone, sendo comumente designados por esses como indígenas ou selvagens (cf. SEIBERT, 2015). De acordo com Seibert (2015), tal discriminação variava em relação ao grau de assimilação que os contratados demonstravam. Os angolanos e moçambicanos, por manterem rituais tipicamente africanos, eram mais discriminados em relação aos caboverdianos, os quais praticavam a religião católica e podiam dominar a língua portuguesa (cf. SEIBERT, 2015). Portanto, quanto mais próximos aos valores da elite portuguesa e, naturalmente, de sua língua, menos afetados os contratados eram pelo processo de marginalização ao qual foram submetidos.

Essas microestratificações, observadas dentre a população nativa de STP e dentre os diferentes grupos de contratados, corroboram a análise de Akesson (2016) e de Bouchard (2017) em relação à sociedade santomense. A esse respeito, as autoras defendem a existência de uma reprodução de ideologia racial inserida na primeira colonização, reforçada no segundo período colonial e presente atualmente no arquipélago. Dessa forma, é possível observar que, dentro da sociedade colonial dos séculos XIX e XX - e mesmo hoje -, quanto mais europeizado um grupo ou indivíduo é, mais próximo à intelectualidade, ao refinamento e ao poder social acredita-se que ele esteja. De modo distinto, quanto mais africano, mais distante da “civilização” o indivíduo ou o grupo é considerado, sendo constantemente reduzido de sua condição humana por contrastar a um paradigma branco europeu e, por isso, sendo denominado como selvagem e desprovido de intelectualidade (cf. BOUCHARD, 2017). O domínio do português pela população autóctone e pelos contratados e seus descendentes correspondia, nos séculos XIX e XX, portanto, a um dos valores sociais disseminados pela elite portuguesa como desejável, entretanto, poucos nativos tinham acesso a um *input* que possibilitasse a aquisição ou mesmo o aprendizado tardio do português.

Em decorrência da sedimentação social instaurada em STP e do duro controle português sobre o arquipélago, pressões assimilatórias, reforçadas ao longo dos séculos XIX e XX, levaram a população não portuguesa a favorecer o emprego do português em detrimento das demais línguas, comportamento que perdura no período pós-colonial e é validado pelas elites locais (cf. SEIBERT, 2015; GONÇALVES; HAGEMEIJER, 2015; ARAUJO, 2020). Promulgada por um discurso eurocêntrico e imperialista, acompanhado, em grande parte das vezes, pelos sermões religiosos, Portugal era representado como um país designado por Deus a civilizar os demais povos. Assim, os portugueses, além de inserirem a religião cristã e outros costumes portugueses em STP, viam-se no dever de propagar a língua portuguesa, evitando

“línguas selvagens”. Dentro desse cenário cuja ideologia racial elegera o português como língua de alto prestígio social, o uso das línguas crioulas autóctones passou a ser repreendido e, posteriormente, sua transmissão foi arrefecida, como discutiremos na seção 2.2.

2.2 Período pós-colonial: consolidação do português como L1

Os processos de ocupação e colonização de STP, alimentados por ciclos econômicos distintos e sustentados por mão de obra estrangeira, constituem a base dos fatores que levaram ao quadro de diversidade linguística no arquipélago (cf. ARAUJO, 2020). Entretanto, é no período pós-colonial que o português é consolidado, em pouco tempo, como a língua transmitida entre diferentes gerações, tornando-se a LM da maior parte da população santomense.

De acordo com Gonçalves e Hagemeyer (2015) e Araujo (2020), a opção da elite santomense que assume o governo a partir de 1975, no período pós-independência, em adotar o português como língua oficial da jovem república teceu a conjuntura social necessária para a difusão dessa língua em STP, alimentando, em contrapartida, a obsolescência das demais línguas. Em consonância com fenômenos sociais do século XX, tais como a urbanização, a escolarização e a difusão da mídia, partícipes do prestígio socioeconômico e político do português, é perceptível, no arquipélago, um cenário de abandono das línguas étnicas em direção à língua portuguesa - que, tampouco, equivale a uma variedade idêntica ao PP, norma linguística do arquipélago (cf. ARAUJO, 2020).

Durante o Estado Novo (1933-1974), a metrópole lisboeta instaura, em suas colônias, um Plano de Urbanização que visa modernizar e homogeneizar territórios ultramarinos lusitanos (cf. MILHEIRO, 2012). Em STP, esse projeto foi introduzido em 1951, caracterizando-se pela instalação de aparatos urbanos como escolas, hospital,

cadeia, alfândega, bairros residenciais etc., na cidade de São Tomé. Como consequência desse plano, a cidade demandou mais operários para a consolidação dessas obras, e, também, passou a ser mais atrativa à população, pois reunia empregabilidade e qualidade de vida.

O processo de urbanização de STP adquiriu maiores proporções com o êxodo rural, promovido pela queda da cultura de cacau após 1975. Após a Independência santomense, muitos trabalhadores portugueses, que detinham conhecimento técnico para administrar todas as fases de produção do plantio, deixaram o país, fato que prejudicou não somente a produção do cacau, mas também sua comercialização (ARAUJO, 2020). Somando-se a isso, décadas mais tarde, a reforma agrária dos anos 1990, promovida pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, embora tenha distribuído terras, não ofereceu quaisquer subsídios para a manutenção destas pelos seus contemplados. Assim, sem financiamento, capacitação e equipamentos, muitos camponeses abandonaram essas propriedades em direção aos novos centros urbanos (cf. BERTHET, 2012; ARAUJO, 2020).

Se, por um lado, a acentuação do êxodo rural resultou em um aumento demográfico de santomenses na cidade de São Tomé, por outro lado, a ilha do Príncipe foi isolada de tal processo de urbanização, e os descendentes pobres de imigrantes caboverdianos, em ambas as ilhas, foram ainda mais confinados à habitação das roças. Tal espaço passou a ser associado a condições depreciativas demarcadas pela falta de energia elétrica, água potável e serviços públicos básicos (cf. BERTHET, 2012; 2016). Para Berthet (2016), no imaginário nacional, “pertencer à roça” está correlacionado a um conjunto de preconceitos que salientam e, muitas vezes, justificam a invisibilidade social que marca os trabalhadores agrícolas imigrantes do arquipélago, os quais estão impossibilitados de competir ou de se associar a membros das classes políticas do país (BERTHET, 2016). Nesse sentido, o confinamento da população caboverdiana às roças, assim como o seu isolamento social em relação à vida política do país, realçou ainda

mais o encerramento de tal comunidade, que, distintamente de grupos como os forros, preservou mais o kabuverdianu, sua língua étnica, como língua de identidade.

Somando-se à urbanização, que configurou a migração populacional à cidade de São Tomé, *locus* primário de transmissão do português como L1, a construção de escolas e, conseqüentemente, o processo de escolarização corresponde a um dos fatores centrais para a difusão da língua portuguesa em STP. Dado que a educação em STP, com exceção de algumas aulas optativas de lung'le no Príncipe (AGOSTINHO *et al.*, 2016), são ministradas em português, essa língua é requisitada para inserção no meio escolar, sendo assim ensinada formalmente e difundida em diferentes estratos sociais com a democratização do ensino no arquipélago a partir da década de 60 (cf. ARAUJO, 2020). Em STP, cerca de 95% da população era analfabeta no fim do período colonial, entretanto, atualmente, observa-se uma mudança significativa na escolarização do país, posto que, em 2017, o índice de alunos em idade escolar ideal, os quais frequentavam o ensino secundário⁷, era o equivalente a 89,71% (SEIBERT, 2012; ARAUJO, 2020). Logo, nota-se que, no século XXI, a língua portuguesa é usada e ensinada, formalmente, a uma parte substancial da população santomense.

Ainda que o processo de urbanização e democratização do ensino tenha sido implementado no arquipélago como um todo, houve facetas distintas na cidade de São Tomé e na cidade de Santo António do Príncipe. Marginalizada, até os anos 1960, a urbanização não foi implementada em Santo António do Príncipe do mesmo modo que na cidade de São Tomé, o que postergou o acesso da população principense ao ensino, especialmente à escola secundária (cf. NASCIMENTO, 2010)⁸. Enquanto a

⁷ O sistema escolar em São Tomé e Príncipe é composto por: (1) pré-escola; (2) ensino básico (equivalente à 1ª - 6ª série) e (3) ensino secundário (a partir do 7º ano).

⁸ O sistema escolar de STP é organizado da seguinte forma: a educação inicia-se de forma não obrigatória na pré-escola, sendo esse nível destinado a crianças a partir dos 3 anos. A escolarização obrigatória, ou ensino regular, tem a duração de 12 anos, e compreende a idades dos 6 anos até

primeira escola de ensino básico de Santo António é construída no final dos anos 1960, até 2006 havia apenas uma escola na cidade com o segundo ciclo do Ensino Secundário (INE, 2012). Ademais, a ilha do Príncipe, até meados dos anos 1990, atravessava um período de precariedade, havendo falta de alimentos e uma periferização política em relação a São Tomé, fatores que alimentavam um sentimento de abandono geopolítico em relação à capital (cf. NASCIMENTO, 2010). As condições precárias do Príncipe, em conjunto com a identidade étnica da ilha, construída em contraposição aos demais grupos de São Tomé, germinaram a busca por autonomia da ilha, estatuto político-administrativo aprovado pela Assembleia Nacional em 1994 (cf. NASCIMENTO, 2010).

A Lei da Autonomia, aprovada em 1994, garantia que a região do Príncipe, embora submetida à tutela do Governo da República, deveria ser liderada por um governo e uma assembleia regionais eleitos no Príncipe (cf. NASCIMENTO, 2010, p. 387). De acordo com Nascimento (2010), ainda que o desenvolvimento da ilha não demandasse uma governação autônoma, essa lei comporta dimensões afetivas e ideológicas que tornam imprescindível para os principenses uma afirmação identitária, que, além de encontrar respaldo numa série de manifestações culturais inerentes à ilha do Príncipe, é ainda amparada por uma ecologia linguística singular, justificando o estabelecimento de uma variedade do português própria à ilha: o português do Príncipe (PP) que, além de distante geograficamente das variedades de língua portuguesa da ilha de São Tomé, está em contato com o *lung'le* e com o *kabuverdianu*.

aos 18 anos. O ensino regular compreende: ensino básico (1º ciclo - 1ª à 4ª classes); ensino básico (2º ciclo - 1ª à 6ª classe); ensino secundário (1º ciclo - 7ª e 8ª classes) e ensino secundário (2º ciclo - 9ª e 11ª classes), sendo obrigatório até 6ª classe (INE, 2016).

Isso posto, outra questão fundamental para explicar o domínio massivo do português no arquipélago pode ser correlacionada, conforme Araujo (2020), à participação das elites locais. De modo semelhante à situação encontrada no processo de descolonização dos demais territórios africanos portugueses, o português foi eleito como língua oficial de STP como uma tentativa de limar conflitos étnicos locais, pois neutralizaria uma escolha linguística em um cenário multilíngue, agregando a esse argumento a praticidade do uso de uma língua já internacionalizada e com uma tradição escrita, não sendo necessária, portanto, a tradução de documentos oficiais, escolares e artísticos.

Para Araujo (2020), a suposta neutralização política promovida pela escolha do português como língua oficial encobre o fato de que esta já configurava a língua de um grupo social, a elite santomense. De acordo com Bouchard (2017), a elite e seus descendentes, embora marginalizados pela elite portuguesa pré-independência, tinham acesso privilegiado à educação em Portugal, sendo essa uma das razões pelas quais se julgavam superiores aos demais concidadãos no intrincado tecido social local. Com a saída da elite portuguesa do poder, a elite santomense manteve os demais grupos do arquipélago, a saber forros monolíngues, angolares, principenses e os descendentes dos contratados, os quais, muitas vezes, eram falantes de outras línguas africanas na base da pirâmide social (SEIBERT 2012).

Para Mills (1981), embora a elite corresponda a um grupo social numericamente menor, sua homogeneidade e organização reforçam a possibilidade de domínio sobre um grupo vasto e heterogêneo. Ademais, os valores e concepções políticas transmitidos por pessoas que ocupam posição de destaque na sociedade são mais facilmente assimilados pelos demais cidadãos, pertencentes a um grupo amplo, repleto de discrepâncias, o que torna as elites importantes articuladoras na difusão de diferentes valores, crenças, ou mesmo de elementos culturais e políticos. Logo, as

elites, por deterem prestígio, são fundamentais na elaboração e na condução de valores e crenças incorporados socialmente (MILLS, 1981; MOSCA, 1992).

A língua portuguesa, no período pós-independência de STP, correspondia não apenas a um elemento unificador da elite, sendo a língua compartilhada entre seus membros; ela também configurava matéria distintiva, já que discriminava esse pequeno grupo dos demais cidadãos, falantes de diversas línguas. Dessa forma, a adoção do português como língua oficial, em conjunto com a ausência de uma política linguística que militasse pela valorização das demais línguas do arquipélago (cf. ARAUJO, 2020), conduziu à incorporação da língua portuguesa como LM pela população de STP, dado que a língua da elite - que já possuía grande *status* social desde a colonização, por configurar a língua do colonizador - era e é valorada em detrimento ao santome, ao lung'le, ao angolar e ao kabuverdianu.

O sucesso do português enquanto LM decorreu, assim, da congruência entre instituições que promoviam tal língua, como a escola e a mídia, possibilitadas pela urbanização e pela democratização do ensino, bem como pelas crenças políticas que emanavam da elite e, paulatinamente, permearam o tecido social santomense. Logo, ainda que o multilinguismo, em STP, configure uma situação real, este é demarcado pela sobressalência do português. A convivência das línguas crioulas autóctones, do kabuverdianu e do português cria, assim, um contexto social e ecolinguístico complexo. Na tabela 1, a condição multilíngue do arquipélago pode ser avaliada.

Tabela 1 – Comparação dos censos de 1981, 1991, 2001 e 2012 empreendidos em STP.

	Português	Santome	Lung'le	Angolar	Kabuverdianu	Outras
1981	60.519	54.387	1.533	-	-	8.180
1991	94.907	69.999	1.558	-	-	12.781
2001	136.085	99.621	3.302	-	-	17.612
2012	170.309	62.889	1.760	1.217	14.725	4.224

Fonte: Balduino (2018, p. 29).

A tabela 1 reúne os valores obtidos nos diferentes censos realizados em STP a partir do período de pós-independência. Os resultados não são exclusivos, de forma que um falante de português pode também falar qualquer uma das outras línguas. Apesar de o censo trazer informações gerais acerca da situação das diferentes línguas em STP, ressalta-se que seus resultados não são ideais, pois os dados disponibilizados não indicam se as línguas foram adquiridas como LM ou como segunda língua (L2). Além do mais, em decorrência de questões associadas ao prestígio social que o uso de uma determinada língua em um contexto multilíngue pode acarretar, muitos falantes não se autodeclararam falantes das línguas autóctones, embora possam empregá-las. De forma generalizada, o português é a língua com maior número de falantes (170.309), apresentando um considerável aumento nos 20 últimos anos (BALDUINO, 2018)⁹.

De modo distinto à língua oficial, responsável pela documentação de questões burocráticas de um determinado país, assume-se por minoritária toda língua “falada como língua materna por um povo em alguma região de um país cuja língua nacional ou oficial é outra” (TRASK, 2011, p. 169). É nesta conjuntura que estão as línguas autóctones e o kabuverdianu, línguas que, a despeito de gozarem de pouco prestígio social face ao português, expõem as raízes de grupos sociais distintos, revelando a comunidade étnica a que o falante pertence e constituindo marca de identidade social e cultural (CRYSTAL, 1997). Contrastando língua oficial e línguas minoritárias, nos últimos anos, notou-se uma queda no emprego das línguas autóctones de STP, sendo isso em decorrência do aumento da aquisição da língua portuguesa como LM. Os valores estabelecidos nos censos de 2001 e 2012 são comparados na tabela 2.

⁹ De acordo com o documento, no grupo “Outras línguas”, estão inclusas “várias línguas locais ao longo do território”, abrangendo variedades como “o crioulo de Cabo Verde e a língua angolara” (INE, 2001, p. 53). No censo de 2012, o kabuverdianu e o angolara foram contabilizados separadamente.

Tabela 2 – Número de falantes do português e das línguas locais segundo os censos de 2001 e 2012.

	2001	2012	Diferença
Português	136.085	170.309	25.15 %
Santome	99.621	62.889	- 58.4 %
Lung'Ie	3.302	1.760	- 46.7 %
Angolar	---	1.217	---
Kabuverdianu	---	14.725	---

Fonte: adaptado do INE (2001; 2012).

O santome, mesmo estabelecendo-se como a língua autóctone mais falada, sofreu uma redução de 58.4% do número de falantes entre os censos de 2001 e 2012. O lung'Ie já demonstrava um número pequeno de falantes no censo de 2001, todavia essa mesma parcela declinou em mais 46.7%. Relativizando o percentual de falantes do lung'Ie com o número de habitantes do Príncipe, observa-se que 25% dos habitantes da ilha de Príncipe se consideram falantes do lung'Ie – conforme Agostinho (2015) esse número pode ser ainda menor¹⁰. Por fim, considerando que o censo de 2001 não traz informações acerca do angolar e do kabuverdianu, a comparação da porcentagem de uso dessas línguas, entre os censos, não pode ser estabelecida.

Como indicado na tabela 2, a interação entre a língua oficial e as línguas minoritárias não é equilibrada. Apenas o fato de existir uma língua responsável pelos registros burocráticos de STP, constituindo, também, a língua da elite local que é amplamente usada e divulgada como língua comum, já exerce fortes pressões sobre as demais línguas que não detêm tal status (BALDUINO, 2018). O domínio eficiente da língua oficial é exigido para a educação formal, a empregabilidade e o acesso aos

¹⁰ A população principense equivale apenas a cerca de 4% da população total de STP. Conforme o censo de 2012, enquanto a população de São Tomé e Príncipe é aproximadamente de 178.739 indivíduos, a ilha de Príncipe incorpora apenas 7.542 habitantes desse total (INE, 2012). Desse modo, no Príncipe, de acordo com o último censo, 1%, entre os 4% de habitantes que vivem em tal ilha, se autodeclara falante de lung'Ie, isto é, 25% da população de tal ilha.

diferentes meios de comunicação no país – transmitidos, sobretudo, em língua portuguesa¹¹. A aquisição do português é, assim, socialmente relevante, pois seu uso converte-se em melhores oportunidades de crescimento econômico pessoal. O português, em STP, compõe, portanto, as relações simbólicas de poder presentes no arquipélago, já que seu domínio, dentro da sociedade santomense hierarquizada, é convertido em pré-requisito para uma possível ascensão social (BOURDIEU, 1986)¹².

Myers-Scotton (2002) pontua que línguas são mantidas onde seu uso é recorrente. Assim, o decréscimo no número de falantes do santome e do lung'le demarca o declínio das línguas autóctones em STP, fato corroborado pelo decréscimo da transmissão intergeracional dessas línguas. No geral, há uma resistência por parte dos adultos em oferecer as línguas autóctones como *input* às crianças, assumindo que, se assim o fazem, a aquisição da língua portuguesa será atrapalhada (AGOSTINHO, 2015). Conforme Araujo e Agostinho (2010), fatores como a mídia e a escolarização cooperam para o abandono crescente das línguas nacionais, visto que tais veículos institucionais disseminam a valorização positiva do português, em especial da norma de Portugal, em agravo às demais línguas faladas no país. Essa questão é endossada por Gonçalves (2010), que, ao analisar o censo de 2001, aponta para dois fatos distintos e interrelacionados, sendo o primeiro a disseminação do uso do português pelas diferentes faixas etárias, e o segundo, o aumento considerável de falantes das línguas minoritárias na população mais velha. Isto é: enquanto a língua portuguesa estabelece-

¹¹ Há em STP programas pontuais, na rádio e na televisão, transmitidos em forro e/ou lung'le.

¹² Pierre Bourdieu (1986), visando unificar as ideias de capital financeiro, cultural e social, as quais podem equivaler ao poder financeiro e à escolarização, por exemplo, assume o conceito de capital simbólico como prestígio e poder social. Os detentores de capital simbólico, sob essa perspectiva, possuiriam mais chances de ascensão dentro de uma sociedade hierarquizada e composta por relações simbólicas de status. As línguas, nesse caso, comporiam essas relações simbólicas de poder, sendo a língua oficial parte do capital simbólico de um indivíduo, adquirido ao longo de sua trajetória social.

se como LM, as línguas autóctones, paulatinamente, vão deixando de ser adquiridas pela camada mais jovem de STP.

De fato, mesmo estando, muitas vezes, em contato com as línguas autóctones, o domínio que os falantes possuem destas, principalmente os mais jovens, é muito instável, limitando-se ao uso de um vocabulário isolado, utilizado, em grande parte das vezes, em sentenças no português, e à compreensão passiva, conforme observado em trabalho de campo. No geral, os falantes mais jovens sentem-se inseguros em utilizar as línguas autóctones, compreendendo o que os mais velhos falam, mas não se servem desta em resposta ou entre si (BALDUINO, 2018, p. 38). O sistema de uso efetivo nos centros urbanos é o português, que, além de sofrer constantes interferências em decorrência do contato linguístico, descende da transição de L2 para LM (cf. GONÇALVES, 2010), assinalando um possível bilinguismo subtrativo - caracterizado pela substituição paulatina das diferentes línguas faladas no arquipélago como LM pelo português L2, que passa a ser, também, LM e L1 da população (BALDUINO, 2018).

O bilinguismo pode ser concebido, dentre outros modos, como o uso cotidiano de duas ou mais línguas em um mesmo espaço geográfico (GROSJEAN *et al.*, 2017). O grau de domínio e a frequência do emprego de um determinado código linguístico ou outro varia conforme as situações social, política e cultural nas quais os falantes estão inseridos. Nesse sentido, Myers-Scotton (2002) sugere a existência de dois tipos de bilinguismo: o aditivo e o subtrativo. O bilinguismo aditivo é demarcado pela manutenção de L1 e de L2, as quais coexistem diariamente, ao passo que, no bilinguismo subtrativo, o convívio de línguas é dissipado e os falantes tendem a substituir L1 por L2 que, ao ser transmitida às novas gerações, adquire o estatuto de língua materna. O crescente uso do português paralelo à diminuição considerável da transmissão das línguas minoritárias em STP pode indicar um bilinguismo desse

último teor, revelando uma transição do português L2 para L1 marcada por alterações estruturais (BALDUINO, 2018, p. 3).

Esse movimento de transição do bilinguismo para o monolinguismo ocorre de forma irregular, pois o *input* parte de uma variedade que, inicialmente, correspondia a uma L2. Anteriormente e em meados do período pós-independência, o português era dominado apenas pelos colonizadores ou pela elite santomense. A população média empregava, sobretudo, as línguas autóctones, adquiridas e utilizadas no âmbito doméstico, e aprendiam o português, como L2, tardiamente na escola e/ou nos meios oficiais. Porém, diante da ascensão social do português, o aprendizado dessa língua passou a ser cada vez mais relevante aos falantes e, por isso, partindo de uma variedade que correspondia a uma L2, o português passou a ser transmitido como língua materna às gerações mais novas (BALDUINO, 2018).

A transmissão linguística irregular, que tem como *input* diferentes versões do português como L2, pode resultar em mudanças estruturais ocasionadas por lacunas e reanálises gramaticais (LUCCHESI; BAXTER, 2009). Autores como Afonso (2008), Figueiredo (2010), Gonçalves (2010), Bouchard (2017), Brandão *et al.* (2017), dentre outros, vêm apontando as peculiaridades do português vernacular santomense e principense, os quais se diferenciam em alguns aspectos do português de Portugal, norma linguística e língua-alvo da população do arquipélago (GONÇALVES, 2010; BALDUINO, 2018; ARAUJO, 2020).

Neste artigo, embora o PST e o PP sejam indicados como variedades urbanas próprias a STP, estas não configuram as únicas variedades de língua portuguesa falada no arquipélago já que, em STP, assim como no Brasil e em Portugal, cuja língua materna de grande parte da população é o português, esta língua tampouco é homogênea. Diferentes estudos têm apontado para a existência do português de Almojarife (PA), empregado na zona costeira oriental da ilha de São Tomé, e do português dos Tongas (PT), falado na comunidade da roça Monte Café (ROUGÉ, 2004;

FIGUEIREDO 2010; BALDUINO, 2018; BAXTER, 2018). Essas variedades, além de apresentarem traços linguísticos próprios, são respaldadas por fatores como o distanciamento geográfico, o contato mais ou menos frequente com as diferentes línguas crioulas, ecologia linguística própria e pela construção de uma identidade coletiva dentro da coletividade maior de STP.

A despeito de haver diferentes variedades autóctones do português no arquipélago, o Português de Portugal, especialmente a norma lisboeta, é apresentado nos meios escolares como norma linguística de STP. Considerando o conceito de norma como um construto teórico que emerge do exame das relações sociais (cf. BAGNO, 2012), notamos que não somente a disseminação do português em detrimento das demais línguas do arquipélago, mas também a eleição do PE enquanto paradigma linguístico diante de diferentes variedades locais do português, reforçam a implementação da lusofonia como um projeto político e imperialista de STP inserido na colonização e preservado pelas elites após 1975. A valorização do Português de Portugal, no arquipélago, reflete um plano estratégico de geopolítica colonialista ratificado por uma pretensa unidade cultural que o português acarretaria no período pós-colonial (FARACO, 2012). Como resultado de tal processo histórico, a aceitação e a apreciação dos traços sociais e linguísticos do país, sejam estes as línguas autóctones, sejam as variedades de língua portuguesa locais e emergentes, são, ainda, eclipsadas pela universalização atribuída à cultura e aos valores europeus.

Em STP, o Português de Portugal é a norma-alvo pela qual as demais variedades do português são submetidas ao exame e à sanção: logo, quanto mais próxima dessa norma, mais revestidas de legitimidade e prestígio as variedades locais são. Observa-se, nisso, o uso do português enquanto produto de dominação política que visa impor o reconhecimento universal de uma língua e de uma variedade dessa língua – tida como paradigma -, de modo a integrá-la em uma comunidade linguística (BOURDIEU, 1986). A integração do português em STP é demonstrada pelo fato desta configurar a

L1 de, pelo menos 98% da população santomense, no entanto, a normatização do Português de Portugal, reforçada pelo sistema de ensino, é dissociada da realidade linguística local, pois o PST, o PP e diversas outras variedades de português do arquipélago apresentam características estruturais próprias e linguisticamente tão legítimas quanto quaisquer outros traços linguísticos de outras variedades do português.

O PST e o PP, foco deste artigo, compartilham semelhanças com outras variedades, como o PB e o Português de Portugal, porém também apresentam características inerentes que podem aproximá-las, ou não, do santome, do lung'le, ou das demais línguas faladas no arquipélago, fatos linguísticos que reforçam seu estatuto como variedades efetivas do português enquanto L1. Buscamos, assim, a partir da presente discussão, colaborar para a ruptura do pensamento segundo o qual as variedades de STP correspondem a “versões mal faladas” ou “degeneradas” do Português de Portugal – concepção social herdada e associada à dominação política colonial e cientificamente infundada.

3 Considerações Finais

Neste artigo, compilamos a literatura especializada de modo a discutir, com base em diferentes trabalhos de campo realizados em STP, os fatos históricos que modularam o contingente demográfico de STP e, por consequência, a interação linguística de grupos heterogêneos, possibilitando, assim, uma conjuntura de contato linguístico propícia à emergência de novas línguas, bem como ao estabelecimento do português como língua-alvo. Ademais, foram abordados, também, os processos históricos de interação social no período pós-colonial que promoveram a difusão da língua portuguesa em prejuízo às línguas autóctones, discutindo, paralelamente, o estabelecimento de diferentes variedades de português faladas em STP. A discussão,

ao abarcar aspectos históricos e sociais, reforçou, portanto, a legitimidade de variedades locais do português enquanto L1. O aprofundamento, no entanto, de estudos que tratem de processos e aspectos linguísticos do PST e do PP é fundamental para o reconhecimento de uma gramática própria de tais variedades. Isso, além de ser capaz de promover o estabelecimento de uma norma exclusiva a STP, rompendo com as pressões ainda exercidas pelo Português de Portugal, contribuirá com a descrição de diferentes variedades do português, revisitando aspectos já trabalhados nas outras variedades e, por conseguinte, lançando luz sobre antigas e novas questões.

Referências

AFONSO, B. **A problemática do bilinguismo e ensino da língua portuguesa em S. Tomé e Príncipe**. 2018. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Nova de Lisboa, 2008.

AGOSTINHO, A. L. **Fonologia e método pedagógico do lung'ie**. 2015. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

AGOSTINHO, A. L. BANDEIRA, M; ARAUJO, G. O Lung'ie na educação escolar de São Tomé e Príncipe. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, 55, 3, 591-618, 2016. DOI <https://doi.org/10.1590/010318135164183401>

AKESSON, L. Narrating São Tomé: Cape Verdean memories of contract labour in portuguese empire. **Etnográfica**, v. 20, n. 1, p. 57-76, 2016. DOI <https://doi.org/10.4000/etnografica.4178>

ARAUJO, G.; AGOSTINHO, A. L. Padronização das línguas nacionais de São Tomé e Príncipe. **Língua e Instrumentos Linguísticos**, v. 26, p. 49-81, 2010.

ARAUJO, G.; HAGEMEIJER, T. **Dicionário Santome-Português/Português- Santome**. São Paulo: Hedra, 2013.

ARAUJO, G. Há uma política linguística para o português em São Tomé e Príncipe?. *In: SOUZA, S.; OLMO, F.C. (org.). Línguas em português - A Lusofonia numa visão Crítica*. Porto: Universidade do Porto Press, 2020.

BAGNO, M. Norma linguística, hibridismo e tradução. *Traduzires*, v. 1, n. 1, p. 19-32, 2012.

BALDUINO, A. M. **A nasalidade vocálica no português falado em São Tomé e Príncipe**. 2018. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BANDEIRA, M. **Reconstrução fonológica e lexical do protocioulo do Golfo da Guiné**. 2017. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

BAXTER, A. O Português dos Tongas de São Tomé. *In: OLIVEIRA, M. D; ARAUJO, G. (org.). O Português na África Atlântica*. São Paulo: Humanitas/ Fapesp, 2018. p. 297-324.

BERTHET, M. Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 25, n. 50, p. 331-351, 2012. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-21862012000200004>

BERTHET, M. São Tomé e Príncipe: reflexões sobre alguns aspectos de sua história agrícola no pós-independência. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 3, p. 961-986, 2016. DOI <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2016.3.23107>

BOURDIEU, P. The forms of capital. *In: RICHARDSON, J. Handbook of theory and research for the Sociology of education*. Westport, CT: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BOUCHARD, M. **Linguistic variation and change in the Portuguese of São Tomé**. 2017. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Linguística, New York University, New York, 2017. DOI <https://doi.org/10.5334/jpl.192>

BOWERN, C. **Linguistic fieldwork – A practical guide**. London: Palgrave Macmillan, 2008. DOI <https://doi.org/10.1057/9780230590168>

BRANDÃO, S. F.; PESSANHA, D.; PONTES, S.; CORRÊA, M. Róticos na variedade urbana do português de São Tomé. *PAPIA*, v. 27, n. 2, p. 293-315, 2017.

CALDEIRA, A. Crenças religiosas e ritos mágicos na ilha de Ano Bom: uma aproximação histórica. **Povos e Culturas**, v. 11, p. 87-111, 2007.

CRYSTAL, D. **English as a global language**. Cambridge: CUP, 1997.

FARACLAS, N (Ed.). Agency in the Emergence of Creole Languages. **The Role of Women, Renegades, and People of African and Indigenous Descent in the Emergence of the Colonial Era Creoles**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2012. DOI <https://doi.org/10.1075/cll.45>

FARACO, C. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In: LOBO, T. *et al.* (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias** [on-line]. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 31-50.

FERRAZ, L. I. **The creole of São Thome**. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.

FIGUEIREDO, C. **A concordância plural variável no sintagma nominal do português reestruturado da comunidade de almoxarife, São Tomé**. 2010. Tese (Doutorado em Letras), Universidade de Macau, Macau.

GALVÃO, H.; SELVAGEM, C. **Império ultramarino português**. Monografia do Império. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1951. v. 2.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares**. 1. ed. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. V. 1.

GONÇALVES, R. **Propriedade de subcategorização verbal no português de S. Tomé**. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade de Lisboa, 2010.

GONÇALVES, R.; HAGEMEIJER, T. O português num contexto multilingue: o caso de São Tomé e Príncipe. **Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane**, v.1, n.1, p. 84-103, 2015.

GROSJEAN, F., MELLO, H. A.; REES, K. Bilingüismo Individual. **Revista UFG**, v. 10, n. 5, p. 163-176, 2017.

HAGEMEIJER, T. As ilhas de Babel: A criouliização no Golfo da Guiné. **Revista Camões**, v. 6, p. 74-88, 1999.

HAGEMEIJER, T. Initial vowel agglutination in the Gulf of Guinea creoles. *In*: ABOH, E.; SMITH, N. (ed.). **Complex processes in new languages**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2009. p. 29-50. DOI <https://doi.org/10.1075/cll.35.04hag>

HAGEMEIJER, T. The Gulf of Guinea creoles: genetic and typological relations. **Journal of Pidgin and Creole Languages**, v. 26, n. 1, p. 111-154, 2011. DOI <https://doi.org/10.1075/jpcl.26.1.05hag>

HAGEMEIJER, T. From creoles to Portuguese: Language shift in São Tomé and Príncipe. *In*: LÓPEZ, L.; GONÇALVES, P.; AVELAR, J. (ed.). **The Portuguese language continuum in Africa and Brazil**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2018. p. 169-184. DOI <https://doi.org/10.1075/ihll.20.08hag>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). 2016. **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé: 2001. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php/component/phocadownload/category/58-educacao>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). 2010. **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé: 2001. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). 2012. **São Tomé e Príncipe em Números**. São Tomé: 2001. Disponível em: <https://www.ine.st/index.php>

LADHAMS, J. **Article agglutination and the African contribution to the Portuguese based Creoles**, 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322224100_Article_agglutination_and_the_African_contribution_to_the_Portuguese-based_Creoles. Acesso em: 12 maio 2020.

LUCCHESI, D.; BAXTER, A. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (ed.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 427 – 445. DOI <https://doi.org/10.7476/9788523208752>

MAURER, P. **Principense Grammar texts, and vocabulary of the Afro-Portuguese creole of the island of Príncipe, Gulf of Guinea**. London: Battlebridge Publications, 2009.

MILLS, W. **A elite do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MILHEIRO, A. V. São Tomé e Príncipe e o trabalho do Gabinete de Urbanização Colonial (1944-1974). *In: Actas do Colóquio Internacional São Tomé e Príncipe numa perspectiva interdisciplinar, diacrónica e sincrónica*, 2012. p. 87-127.

MOSCA, G. **La classe política**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

MYERS-SCOTTON, C. The roots of language contact. *In: MYERS-SCOTTON, C. (org.). Contact linguistics: bilingual encounters and grammatical outcomes*. Oxford: University Press, 2002. p. 30-52. DOI <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299530.001.0001>

NASCIMENTO, A. **História da Ilha do Príncipe**. Lisboa: Oeiras, 2010.

NASCIMENTO, A. **Atlas da lusofonia**. São Tomé e Príncipe. Lisboa: Prefácio, 2008.

PRATAS, F. **O sistema pronominal do cabo-verdiano (variante de Santiago)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

ROUGÉ, J. **Dictionnaire étymologique des créoles portugais d’Afrique**. Paris: Karthala, 2004.

SANTIAGO, A. M; AGOSTINHO, A. L. Situação linguística do português em São Tomé e Príncipe. **A Cor das Letras**, v. 21, n. 1, p. 39-61, 2020. DOI <https://doi.org/10.13102/cl.v21i1.4970>

SANTOS, V. G. **Aspectos prosódicos do português de Guiné-Bissau: a entoação do contorno neutro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEIBERT, G. **Comrades, Clients and Cousins. Colonialism, Socialism and Democratization in São Tomé and Príncipe**. Leiden: Brill, 2006. DOI <https://doi.org/10.1163/9789047408437>

SEIBERT, G. **Novos elementos para a história da introdução do cacau em África**, 2008. Disponível em: <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=12770>. Acesso em: 6 set. 2015.

SEIBERT, G. Tenreiro, Amador e os angolares ou a reinvenção da história da ilha de São Tomé. **Realis — Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais**, v. 2, n. 2, p. 21-39, 2012.

SEIBERT, G. **Colonialismo em São Tomé e Príncipe: hierarquização, classificação e segregação da vida social.** Anuário Antropológico, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/1411>. Acesso em: 10 jan. 2019. DOI <https://doi.org/10.4000/aa.1411>

TRASK, R. **Dicionário de linguagem e linguística.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

Artigo recebido em: 01.02.2021

Artigo aprovado em: 03.08.2021